



## A institucionalização da licenciatura em química no Brasil

Joelma Cerqueira Fadigas<sup>1\*</sup>

<sup>1</sup>Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade, Feira de Santana, Bahia/Brasil, [\\*joelma@ufrb.edu.br](mailto:*joelma@ufrb.edu.br)

Recebido em: 30/03/2019 Aceito em: 15/04/2019 Publicado em: 31/05/2019

### RESUMO

Este trabalho trata do surgimento da Licenciatura em Química como profissão no Brasil e sua institucionalização; além de verificar quando se deu o estabelecimento de políticas públicas de formação de professores em território nacional e quais são as orientações dos documentos oficiais para o Ensino de Química no Brasil. Desta forma, foi realizada uma análise da formação docente no Brasil e na Bahia, através do surgimento do ensino desta disciplina nos cursos de medicina do estado. Historicizando também os impactos das reformas educacionais brasileiras sobre esta ciência e os caminhos percorridos pela Química até sua consolidação como curso superior. O procedimento metodológico utilizado neste trabalho envolve uma pesquisa bibliográfica qualitativa, através da qual a história da ciência é apresentada.

**Palavras-chave:** História. Licenciatura. Química.

## The institutionalization of the degree in chemistry in Brazil

### ABSTRACT

This work deals with the emergence of the Degree in Chemistry as a profession in Brazil and its institutionalization; in addition to verifying when the establishment of public policies of teacher education in the national territory was given and what are the guidelines of the official documents for the Teaching of Chemistry in Brazil. Thus, an analysis of teacher education in Brazil and Bahia was carried out, through the emergence of the teaching of this discipline in the medical courses of the state. Historicizing also the impacts of the Brazilian educational reforms on this science and the paths covered by Chemistry until its consolidation as a higher education. The methodological procedure used in this work involves a qualitative bibliographical research, through which the history of science is presented.

**Keywords:** Story. Graduation. Chemistry.

### INTRODUÇÃO

A história da Licenciatura em Química na Bahia e no Brasil é, muitas vezes, confundida ou está imbricada com a história do ensino da Química. Deste modo, a formação do químico, em função de sua importância industrial e econômica para o país, acaba sobrepondo-se à profissão docente. Poucas publicações atestam o nascimento da Licenciatura em Química no Brasil (GUIMARÃES, 1955; LÔBO, 2004; MATOS, 2006; SILVA, 2012; FASCIO, 2013); mas, ao que tudo indica, a necessidade de se

ensinar Química é mais antiga que o próprio curso de Química na Bahia. Médicos, Farmacêuticos e Engenheiros Químicos atuavam como professores desta ciência nos cursos de formação superior no Brasil no início do século XIX. De acordo com Matos (2006, p. 01), “a partir do início do século XIX, (...) registram-se no Brasil atividades mais sistemáticas na área de Química” demandadas pelas transformações político-econômicas advindas da chegada da família real ao Brasil. Na Bahia, a história da Licenciatura em Química está ligada à história da Faculdade de Medicina da Bahia, primeira escola superior do Brasil, criada em 18 de fevereiro de 1808 com o nome de “Colégio Médico-Chirúrgico da Bahia”, uma vez que o primeiro registro do ensino de Química enquanto disciplina ocorre no curso de Medicina situado no Terreiro de Jesus em Salvador.

[...] a população contava apenas com a Faculdade de Medicina da Bahia. Aliás, é bom que se diga: essa era a única instituição de formação de profissionais de saúde das regiões Norte e Nordeste em que estudavam gente de toda parte do país. Tal situação perdurou durante quase todo o período imperial. Além da Faculdade da Bahia, existia apenas mais outra no Brasil: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na Corte (SANTOS, 2015, p. 18).

Em 1º de abril de 1813, a Escola de Cirurgia da Bahia, situada no antigo Hospital Real Militar da Cidade do Salvador, que ocupava o prédio do Colégio dos Jesuítas, construído em 1553 no Terreiro de Jesus, se transformou em Academia Médico-Cirúrgica. E, em 03 de outubro de 1832, recebeu o nome de Faculdade de Medicina da Bahia.

**Figura 1** - Faculdade de medicina da Bahia depois de 1905, foto s.d.



Disponível em: <http://www.fameb.ufba.br/>

O ensino da Química, inicialmente no curso de medicina e depois nos cursos de farmácia e engenharia, passa por um longo processo até a criação do curso de Química. Inicialmente a educação científica era apenas uma necessidade econômica em nosso país, o ensino da ciência Química era utilizado visando atender às necessidades de exploração das riquezas naturais do Brasil. Assim, em 1810, com o objetivo de iniciar a produção de ferro no país, foi contratado o metalurgista alemão Wilhelm Ludwig; em 1812 para o desenvolvimento de processos químicos de interesse industrial é criado o Laboratório de Química Aplicada e, em 1818 funda-se o Museu Real, neste, um laboratório químico que desenvolvia estudo de combustíveis, além de análise e refino de metais.

Naquele período, a existência de muitas riquezas naturais fez florescer em nosso país uma história natural de interesse de pesquisadores do mundo todo; e, com isso, auxiliou no crescimento da ciência Química. Mas somente na segunda metade do século XIX é que o ensino de Química passa a ganhar maior importância na Faculdade de Medicina. Embora o ensino médico tenha sido instalado em 1808, foi somente mais tarde que ocorreu um estudo regular da Química (MATOS, 2006, p. 7).

Segundo Guimarães (1955, p. 01), em 1815 com a reforma do ensino médico do Colégio Médico-Cirúrgico, primeira escola superior do Brasil, cria-se a cadeira (matéria ou disciplina) de Química Farmacêutica. No que se refere à Química, o plano implantado a partir de 1815, no Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, oferecia apenas Química Farmacêutica no 10 ano do curso cuja duração era de cinco anos (SCHEFFER, 1991, p. 73).

Já em 1817, cria-se a primeira cadeira de Química da Bahia tendo como professor da disciplina o Dr. Sebastião Navarro de Andrade, o compêndio utilizado à época era “La Philosophie Chimique” de autoria de Antoine Francois de Fourcroy, traduzido para a língua portuguesa por Manoel Joaquim Henrique de Paiva. Embora criada em 1817, a disciplina de Química só foi ministrada em 1833, pois por ocasião da guerra da Independência do Brasil, o professor Sebastião Navarro de Andrade retorna a Portugal deixando vaga a cadeira de Química. Somente em 1833, toma posse o Dr. Antônio Policarpo Cabral como novo professor da cadeira de Química. Em 1823 é introduzida no currículo, a cadeira de Química Médica e Mineralogia, mas

(...) somente em 1836, portanto dezenove anos após a criação da cadeira de Química, iniciou-se a montagem de um laboratório, o que demonstra a forma

precária como o planejamento inicial foi desenvolvido, aliás, não existem registros sobre a forma como funcionou essa cadeira, nem tampouco sobre a sua duração (SCHEFFER, 1991, p. 73).

E, em 1854, é finalmente oficializada a criação do laboratório da Faculdade de Medicina da Bahia.

Entretanto, para Moniz (1923), a cadeira de Química apesar de possuir “instruções com largo programa de investigações e estudos práticos”, possuía um ensino “meramente teórico” e pouca ou nenhuma atenção por parte do governo da época (MONIZ, 1923, p. 32). Até meados do século XIX eram as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro as escolas superiores que, junto com a Academia Real Militar criada em 1810, se ocupavam do Ensino Superior de Química no Brasil. Ao longo do século XIX o ensino de Química na Bahia foi alvo de diferentes reformas educacionais. Tais reformas incorporaram novas disciplinas aos currículos, bem como forneceram novos elementos àquelas já existentes (MATOS, 2006, p. 10). Somente em 1925, a Química como disciplina, passa a ter reconhecida sua importância após o desmembramento desta da Física, com a Reforma Rocha Vaz - Decreto nº 16.782 de 13 de Janeiro de 1925. Mas isso não se constitui no ensino de Química de modo contínuo no ensino secundário.

Um aspecto importante, em termos de Química inserida no currículo do ensino secundário, é o fato de que esta disciplina passa ser obrigatória nas duas séries finais da etapa fundamental e nas duas séries da etapa complementar para ingresso nos cursos superiores de medicina, farmácia, odontologia, engenharia e arquitetura (MESQUITA; SOARES, 2011, p. 165).

Mudanças importantes na educação brasileira ocorreram na década de 1930 com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (atual Ministério da Educação) no governo de Getúlio Vargas, e da Reforma Educacional Francisco Campos em 1931.

A Reforma Francisco de Campos é considerada pelos estudiosos da Educação no Brasil como a primeira Reforma Educacional que primeiro valoriza o Ensino de Ciências. Nesta Reforma Educacional, o ensino de ciências tinha como objetivo principal promover o estudo científico através da associação da ciência com renovação e democracia. Esta proposta também defendia a utilização de fatos do cotidiano no ensino (contextualização) e a experimentação, proporcionando ao discente maior contato com as Ciências.

Desde então, a formação de professores no Brasil tem sido objeto de ampla discussão, não somente entre os pesquisadores da área como também das autoridades competentes no que concerne às especificidades da profissão e em relação às modificações nos currículos dos diversos cursos. Historicamente, desde a criação das chamadas Escolas Normais, pouca atenção foi dada à formação pedagógica do professor (KASSEBOEHMER et al., 2010, p. 02). Segundo Tanuri (2000, p. 62) somente com a Revolução Francesa (1789-1799) surge a ideia de uma escola destinada a formar professores leigos, tal ideia encontraria condições favoráveis no século XIX quando multiplicaram-se as escolas normais.

O estabelecimento das escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à implementação das idéias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população (TANURI, 2000, p. 62).

Ainda de acordo com esta pesquisadora após a reforma constitucional de 12 de agosto de 1834, as primeiras escolas normais brasileiras foram criadas por iniciativa das Províncias. Na Província do Rio de Janeiro surge a primeira escola normal brasileira, criada pelo Decreto nº 10, de 10 de abril de 1835. Esta, no entanto, existiu apenas por 14 anos, encerrando suas atividades em 1849; e, “somente a 4/2/1859, a Lei Provincial nº 1.127 determinou a criação de outra Escola Normal na Capital da Província, cujo curso teria a duração de três anos (...)” (TANURI, 2000, p. 64).

Posteriormente, instituições semelhantes foram criadas em outras províncias: em Minas Gerais, em 1835 (instalada em 1840); na Bahia, em 1836 (instalada em 1841); em São Paulo, em 1846; em Pernambuco e no Piauí, em 1864 (ambas instaladas em 1865); em Alagoas, em 1864 (instalada em 1869); em São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1869; no Pará, em 1870 (instalada em 1871); em Sergipe, em 1870 (instalada em 1871); no Amazonas, em 1872, embora já em 1871 tivesse sido criada uma aula de Pedagogia no Liceu; no Espírito Santo, em 1873; no Rio Grande do Norte, em 1873 (instalada em 1874); no Maranhão, em 1874 (escola normal particular), no Paraná, em 1876; em Santa Catarina, em 1880; no Ceará, em 1880 (instalada em 1884); no Mato Grosso, em 1874; em Goiás, em 1882 e na Paraíba, em 1884 (instalada em 1885) (TANURI, 2000, p. 64 - 65).

Em 30 de novembro de 1876 através do Decreto n. 6379, é realizada a primeira reforma de ensino brasileira, a Reforma José Bento da Cunha Figueiredo que cria duas

escolas normais primárias. No ano de 1879, através do Decreto nº 7.247 surge a Reforma de Leôncio de Carvalho ou Reforma do Ensino Livre, considerada uma das reformas mais importantes para a instrução primária e secundária no município da Corte e para o ensino superior em todo o território nacional. A Reforma do Ensino Livre reformula o Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. Assinado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Francisco Maria Sodré Pereira, o Decreto n. 7684 de 06 de março de 1880 cria uma Escola Normal de instrução primária para professores e professoras.

A Reforma de Instrução Pública de Benjamin Constant (Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890) é a primeira reforma educacional antes de ser promulgada a primeira Constituição Republicana em 24 de fevereiro de 1891. Com a Reforma Epitácio Pessoa criada a partir do Decreto n.º 3.890, de 01 de janeiro de 1901, a educação nacional passa a priorizar a formação secundária, visando consolidar a estrutura seriada do modelo educacional. Em 1911 a Lei Rivadávia propunha ampla autonomia ao ensino secundário, introduzindo o exame para ingresso no ensino superior, independente de comprovação de estudos secundários. A Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, também conhecida como Reforma Rivadávia Correia aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República através do Decreto-Lei nº 8.659, de 5 de abril de 1911. A Reforma Carlos Maximiliano (Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915) reoficializou o ensino, restabelecendo a interferência do Estado anteriormente eliminada pela reforma anterior. Esta reforma durou dez anos e manteve o exame de entrada aos Cursos Superiores, então denominado Exame Vestibular. Com o Decreto nº 16.782-A de 13 de janeiro de 1925 a Reforma do Ensino Secundário e Superior da República, conhecida por Reforma Rocha Vaz amplia a competência da União quanto às suas funções normativas e fiscalizadoras. No entanto, o surgimento da Licenciatura como curso superior de formação docente, no qual o ensino é o objeto de trabalho do profissional formado e o ato de ensinar passa a ser reconhecido como profissão é apontado por alguns historiadores da educação como proveniente do século XX. Em 1931, na gestão do Ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos, surge o Estatuto das Universidades Brasileiras, onde, através do Decreto nº. 19.852/31 de 11 de abril de 1931 a Faculdade de Educação Ciências e Letras é criada. Tal decreto, no entanto, só foi efetivado em 1939.

Este decreto organiza as universidades brasileiras e institui que para a sua constituição estas deverão possuir ao menos três dos seguintes institutos de educação

superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras. Posteriormente a Universidade do Brasil foi organizada pela Lei nº. 452 de 05 de julho de 1937 durante o governo de Getúlio Vargas. Em 1939, é criada a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil através do Decreto nº. 1.190 de 04 de abril de 1939. Após sua regulamentação, a Faculdade Nacional de Filosofia “passava a contar com seção de Pedagogia constituída por um curso de Pedagogia de três anos que forneceria o título de Bacharel em Pedagogia” (Brasil, Ministério da Educação e Cultura, 2001, p. 03) e de uma seção especial com um ano de curso de didática para que tais profissionais pudessem lecionar nas redes de ensino, completando assim sua formação e oferecendo a esses profissionais o título de licenciado. O curso de Pedagogia surge então com a “dupla função de formar bacharéis, para atuar como técnicos de educação, e licenciados, destinados à docência nos cursos normais” (TANURI, 2000, p. 73). Tal modelo de formação docente, tornou-se conhecido como “3 mais 1”, ou seja, nos três primeiros anos de formação eram ministradas as disciplinas de conteúdo específico, posteriormente mais um ano do curso de Didática para a formação do licenciado era ofertado ao futuro professor. Tendo perdurado por um longo período na educação brasileira, este modelo é frequentemente citado por diferentes pesquisadores (LOBO, 2004; KASSEBOEHMER, 2010; MASSENA, 2010; SÁ, 2012) como ainda presente nos cursos de formação inicial de professores mesmo após tantas reestruturações curriculares. É nas Faculdades de Filosofia Ciências e Letras da Universidade da Bahia que surgem as Licenciaturas, particularmente a Química já era ministrada no Colégio Médico-Cirurgico onde a cadeira de “Chimica” foi criada através da Carta Régia de 28 de janeiro de 1817, pelo Governador e Capitão General da capitania da Bahia, Conde dos Arcos (Marcos de Noronha e Brito).

Desde o momento de sua criação, a Química enquanto disciplina já era considerada importante para o avanço do país, na época a exploração das riquezas naturais do Brasil era algo necessário, não só para o crescimento do Brasil Colônia como para a criação de melhores condições de vida no país. Talvez por isso, a ênfase em uma formação mais científica, onde as questões teóricas fundamentais e as pesquisas puras, não utilitárias, passaram a ser desenvolvidas, foram características do ensino na primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (SCHEFFER, 1991, p. 88). Em 1942, com a entrada em vigor da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Reforma Capanema), acontece uma nova reestruturação do ensino abrangendo o curso secundário e o ensino

técnico-industrial (SCHEFFER, 1991, p. 163 - 164). Tal reforma promove um modelo curricular considerado enciclopédico, que retirou a Química do currículo do Curso Ginásial, restando apenas o ensino das Ciências Naturais. Em 1945, ocorreu a queda do então presidente Getúlio Vargas e uma nova Carta Constitucional foi outorgada em 1946. Inicia-se uma redemocratização do país, eleições diretas e maior participação popular marcaram este período.

Em 1951 ocorre a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo então Presidente Eurico Dutra. E, no ano de 1960, já no governo de Juscelino Kubitschek, o Poder Executivo transferiu-se para Brasília, a nova capital da República. Posteriormente, Jânio Quadros assume a presidência da República, mas renuncia em 1961 e instituiu-se o regime parlamentar. Neste mesmo ano, em 20 de dezembro de 1961, após treze anos de discussões, é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 4.024. Foi também criado o Conselho Federal de Educação, “que estava também incumbido de estabelecer as disciplinas obrigatórias para o ensino médio” (SCHEFFER, 1991, p. 168) Devido à falta de professores habilitados para o desenvolvimento dos conteúdos das Ciências, houve, por parte do governo, permissão para contratação de profissionais de outras áreas para o ensino desta disciplina (SCHEFFER, 1991, p. 171). Iniciando-se um processo de desqualificação profissional do professor, ao reforçar a ideia de que qualquer profissional é capaz de ministrar aulas. Em 1964 foi instalado no país o regime militar, a Carta Constitucional de 1946 foi então revogada, sendo promulgada nova constituição que entrou em vigor em março de 1967, quando tomou posse o novo presidente Arthur da Costa e Silva (SCHEFFER, 1991, p. 173). Anos depois, em 1971, com a promessa de expansão e atualização do ensino de 1º e 2º Graus, surge uma nova lei de ensino, a Lei 5.692/71 chamada "Revolução pela Educação" sancionada pelo então ministro Jarbas Passarinho.

Visando uma melhoria na qualidade dos cursos de formação docente, alguns pareceres governamentais como os Pareceres do Conselho Federal de Educação (CFE) nº. 349 de 1972 e CFE nº. 4.873 de 1975 que determinam que Didática (aprendizagem da teoria) e Prática de Ensino (aplicação na prática) fossem cursadas concomitantemente; e sugerem que Prática de ensino fosse ministrada por um docente da área de conteúdo específico. Entretanto, os “resultados práticos foram pontuais, geralmente por resolverem apenas uma face do problema” (KASSEBOEHMER et al., 2010, p. 02). Em relação à formação docente, a legislação faltava tratar a formação inicial de modo mais amplo e não apenas tentar resolver problemas pontuais. Em 1982,



com a lei nº. 7.044, que alterou os dispositivos da lei nº. 5.692/71 referentes ao ensino de 2º Grau, o ensino profissionalizante foi reformulado e o objetivo geral do ensino passava a ser a preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania, extinguindo assim a profissionalização obrigatória (SCHEFFER, 1997, p. 182).

Com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9.394/96, a educação escolar passou a compor-se de: I) Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio); e II) Educação Superior. O ensino superior também passou por diferentes de reformas, entretanto, o problema da falta de vagas neste nível de ensino ainda permanece. Neste sentido, as Diretrizes para a Formação Inicial do Professor da Educação Básica (BRASIL, 2000) buscam superar uma concepção fragmentada de formação, estabelecendo que um quinto da carga horária dos cursos de Licenciatura deve corresponder à formação pedagógica do professor. Apesar disso, a formação inicial dos professores de Química não tem atendido aos desafios propostos pela escola básica a estes futuros profissionais. Em notícia divulgada no Jornal da Ciência, órgão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (AMORIM, 2008 apud MAIA et al., 2011, p. 177), é apresentado um estudo, com dados do ano de 2008, que mostra um quadro preocupante para a educação brasileira, principalmente nas áreas de Ciências. Em Matemática, por exemplo, a demanda por professores com formação específica estava perto de 108 mil e, no período, havia em torno de 42 mil docentes. O quadro se mostrou ainda pior em Física, no qual havia menos de 10 mil professores para atender uma demanda de 56 mil. Nas áreas de Biologia e Química, também foram evidenciados graves problemas. Na primeira área, eram quase 40 mil professores para uma demanda de quase 60 mil. Em Química, os números foram piores: menos de 10 mil professores para uma demanda estipulada em quase 60 mil. No que diz respeito à área de Química, é sabido que, em muitas regiões brasileiras, o número de professores com formação em Licenciatura em Química não atende à demanda das escolas de educação básica, principalmente em cidades mais afastadas dos grandes centros, ficando a cargo de profissionais não habilitados à função de ministrar a disciplina. De acordo com o Censo da Educação Superior<sup>1</sup> realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)<sup>2</sup>, no

---

<sup>1</sup> Instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as instituições de educação superior (IES) que ofertam cursos de graduação e sequências de formação específica, além de seus alunos e docentes. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>.

<sup>2</sup> O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas na área educacional a partir de parâmetros de qualidade e

período de 2012 a 2013, a matrícula cresceu 4,4% nos cursos de bacharelado e apenas 0,6% nos cursos de Licenciatura. Sendo que os cursos de bacharelado tem uma participação de 67,5% nas matrículas de novos estudantes no ensino superior, enquanto os cursos de Licenciatura participam com 18,9% e os cursos tecnológicos somente com 13,7%. Existem hoje no Brasil, nas Instituições de Ensino Superior públicas mantidas pelo governo federal, 1.928 cursos de graduação presenciais na modalidade de Licenciatura e 3.358 para formação no bacharelado.

Apesar do grau acadêmico com maior demanda na rede pública de ensino ser a Licenciatura, “correspondendo a 75,5% nas federais, 80,2% nas estaduais e 48,5% nas municipais” (INEP, MEC, 2014), o número de cursos de graduação neste grau acadêmico ainda é menor que o oferecido para o bacharelado.

Mesmo com o crescimento no número de formandos, segundo dados do censo de 2014, o bacharelado ainda é responsável pela maior parte dos concluintes (58%), enquanto a Licenciatura forma apenas 21,1% dos profissionais de ensino superior no Brasil. Contudo, o crescimento no número de cursos de Licenciatura no país e o aumento no número de graduados sugerem que, apesar de ainda insuficiente para a demanda, os profissionais licenciados tem se formado em maior número.

Sobre o curso de Licenciatura em Química, Jesus (2014, p. 2002) afirmam que no período de 2000 a 2012 “houve um aumento de 759,0% das vagas presenciais, totalizando 108 mil vagas”. Contudo esta ampliação no número de vagas não reflete no crescimento proporcional de ingressos no curso de Licenciatura em Química e, conseqüentemente, não acompanha a crescente demanda por professores de Química para o Ensino Médio (JESUS et al., 2014, p. 2009).

Observando o grau de Licenciatura em Química, o número de matriculados, ingressantes e concluintes tem aumentado consideravelmente nos últimos 12 anos (vide tabela 1 abaixo):

---

equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

**Tabela 1** – Número de matriculados, ingressantes e concluintes dos cursos de Química da Licenciatura e suas variações anuais e total nos de 2000 a 2012

Ano	Matriculados	Variação	Ingressantes	Variação	Concluintes	Variação
2000	4.903		1.600		277	
2001	5.429	10,73%	1.948	21,75%	465	67,87%
2002	6.459	18,97%	2.245	15,25%	535	15,05%
2003	7.732	19,71%	2.814	25,35%	848	58,50%
2004	9.842	27,29%	2.921	3,80%	1.112	31,13%
2005	12.400	25,99%	3.841	31,50%	1.843	65,74%
2006	13.856	11,74%	4.518	17,63%	1.873	1,63%
2007	15.183	9,58%	4.812	6,51%	1.733	-7,47%
2008	16.308	7,41%	4.845	0,69%	2.012	16,10%
2009	18.375	12,67%	5.604	15,67%	2.709	34,64%
2010	29.233	59,09%	9.487	69,29%	3.573	31,89%
2011	30.908	5,73%	10.080	6,25%	3.826	7,08%
2012	30.256	-2,11%	10.006	-0,73%	3.211	-16,07%
	Total	517,09%	Total	525,38%	Total	1.059,21%

Fonte: Inep - Sinopse do Ensino Superior – 2000-2012 (Brasil, 2013)

Porque então ainda faltam docentes nas salas de aula, especialmente para o ensino de Química? Para Jesus et al., (2014) “poucos formados optam pela atuação docente, ou seja, o aumento na quantidade de concluintes não tem impacto direto na minimização da carência de professores de Química no Brasil” (Jesus et al. 2014, p. 2008).

As políticas públicas até então implantadas deveriam propor, além de melhores condições de trabalho, uma valorização salarial da profissão, para que assim houvesse uma maior atratividade da carreira docente, fixando os recém-graduados nas salas de aula; já que a perspectiva de uma má remuneração do profissional diplomado desestimula os jovens a buscarem a carreira docente.

## MATERIAL E MÉTODOS

Neste trabalho, a história do curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal da Bahia foi analisada com base em fontes primárias (documentos oficiais, atas de reunião, boletins, fotografias, gravações, relatórios técnicos etc) e secundárias (livros, manuais, fontes históricas, etc).

Utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, também chamada de naturalística, que envolve a obtenção de dados descritivos, através do contato direto do pesquisador com a situação pesquisada. Tal pesquisa se preocupa ainda em retratar a perspectiva dos participantes enfatizando mais o processo do que o produto (LUDKE; ANDRÉ, 2014, P. 14).

O percurso metodológico utilizado para a realização deste trabalho envolveu uma pesquisa qualitativa com análise documental utilizando diferentes fontes, tais como: o Decreto Lei 5540/68, os pareceres do Conselho Federal de Educação, atas de reuniões, etc.

A escolha pela análise documental decorre do fato de que esta pode se constituir numa técnica valiosa de recolha de dados para pesquisa qualitativa “seja complementando dados e informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE; ANDRÉ, 2014, p. 45).

São considerados documentos, qualquer tipo de material escrito que possa ser utilizado como fonte primária, ou seja, ainda não tratada de informações sobre o comportamento humano, desde leis, normas, pareceres, regulamentos, jornais, revistas, livros e até estatísticas e arquivos escolares (LUDKE; ANDRÉ, 2014, p. 45). A análise documental é vantajosa quando não se dispõe de tempo para a pesquisa ou quando o acesso ao sujeito é inviável devido a sua morte por exemplo.

Por tratar-se do curso de Licenciatura em Química mais antigo do estado da Bahia, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi escolhida como a Instituição de Ensino Superior (IES) analisada.

## **CONCLUSÃO.**

Grande parte dos artigos encontrados durante a realização desta pesquisa descreve o surgimento da Química no Brasil e no mundo, citando a ascensão desta ciência ao lugar de merecido destaque no meio acadêmico, tendo deixado para trás o papel de ciência auxiliar às demais, especialmente à medicina. Entretanto, ainda existe pouco conhecimento sobre o surgimento da Licenciatura em Química e menor ainda é o reconhecimento da importância desta graduação para a docência na formação dos diferentes profissionais, especialmente: químicos bacharéis e licenciados, engenheiros químicos, químicos industriais; além de farmacêuticos, nutricionistas, engenheiros de alimentos, dentre outras profissões. Talvez essa exígua quantidade de pesquisadores que tem se interessado pelo ensino da história da química ainda não tenha se dado conta da importância em se destacar o percurso dos cursos de Licenciatura em Química, para fortalecer a identidade dos jovens que estudam esta ciência com o objetivo de transmitir seu conhecimento a todos os que se interessem pela química.

Compreender os aspectos históricos, sociais e até mesmo econômicos que influenciaram e ainda exercem influência na criação e manutenção dos cursos de

formação de professores de química é essencial para se pensar na importância deste profissional para a cadeia produtiva, derrubando a concepção de que a educação não tem valor econômico. No caso do ensino de química é necessário refletir sobre como o desenvolvimento deste país estaria comprometido caso continuássemos a enviar estudantes para adquirirem sua formação em outros países como no início do século XVIII. Sem os cursos de Licenciatura não teríamos professores de química suficientes para suprir a demanda das escolas de ensino básico e superior; e, sem profissionais de ensino de química, provavelmente não teríamos a mão de obra necessária para trabalhar nas indústrias, nem mesmo para compor o quadro de professores e técnicos que atuam nas universidades em diferentes cursos.

É necessário buscar compreender o processo de desenvolvimento histórico dos cursos de Licenciatura em Química no Brasil, de modo a contribuir para a preservação da memória histórica destes cursos, destacando a necessidade de políticas públicas de valorização docente que possam ajudar na constituição de uma identidade profissional dos estudantes de Licenciatura e profissionais de ensino da Química.

Contribuindo com tal desenvolvimento científico e tecnológico em nosso país, a Química está presente em vários setores da sociedade, favorecendo a melhoria da qualidade de vida das pessoas; entretanto, apenas é lembrada nos momentos em que a imprudência e/ou imperícia humana é causadora de problemas ambientais. Acredito ser função da educação científica e do ensino de Química melhorar a visão que a sociedade tem desta área de conhecimento, transformando-a em um saber essencial para o crescimento econômico e social do nosso país.

## **AGRADECIMENTOS.**

Aos professores, estudantes e funcionários da Universidade Federal da Bahia que me receberam com atenção e proporcionaram a realização desta pesquisa. Em especial ao professor Miguel Fascio, que disponibilizou fotografias de seu acervo pessoal para compor esta pesquisa.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96 de 23 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Brasil, 1996.

BRASIL. **Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior.** maio de 2000. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do censo escolar da educação básica 2007**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Diretoria de Estatísticas. Brasília, DF: MEC/INEP, 2009.

FASCIO, M. **Uma breve história da química, UFBA 1958 - 2012: e uma outra não tão breve da química na Bahia**. 1 ed. Salvador, Bahia: Pinaúna. 2013.

GUIMARÃES, A. P. **Primórdios do ensino da química na Bahia**. Salvador: Centro de Estudos Bahianos. 1955.

JESUS, W. S. ARAÚJO, R. S. VIANNA, D. M. Formação de professores de química: uma análise das sinopses estatísticas do ensino superior. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 17., 2014, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, MG, ENEQ, 2014

KASSEBOEHMER, A. CORRÊA, R. G., FERREIRA, L. H. **A formação pedagógica do licenciado em química: um olhar sobre os cursos de formação inicial das instituições públicas do Estado de São Paulo**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 15., 2010, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: Universidade de Brasil/ENEQ, 2010.

LÔBO, S. F. **A Licenciatura em química da UFBA: epistemologia, currículo e prática docente**. 2004, 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2004.

MASSENA, E. P. **A história do currículo da licenciatura em química da UFRJ: tensões, contradições e desafios dos formadores de professores (1993-2005)**. 2010, 367 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MATOS, K. F. **A química na Bahia: da faculdade de medicina a faculdade de filosofia, ciências e letras (1889 - 1950)**. 2006, Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2006.

MONIZ, G. A Medicina e sua evolução na Bahia: do número especial do **Diário Oficial**, de 02 de julho de 1923, comemorativo do Independência da Bahia. Salvador, Bahia: Imprensa Oficial, 1923.

SÁ, C. S. S. **Currículo ativo e a constituição de identidades profissionais em um curso de licenciatura em química**. 2012, 304 f. Tese. (Doutorado em Educação) – faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, Df, 2012.

SANTOS, A. F. Documentos para a história da ciência no Brasil: do contexto controverso à pesquisa das teses doutorais da faculdade de medicina da Bahia. **História da Ciência e Ensino**, v. 12, p. 15-33, 2015.

SCHEFFER, E. W. **Química: ciência e disciplina curricular, uma abordagem histórica**. Curitiba, Paraná, Brasil. 1997.

SILVA, J. L. F. Fazendo a história da educação química na Bahia. In: G. M. (org.), **Ensino de química: visões e reflexões**. Ijuí: Unijuí. 2012, p. 85-104.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-193, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, **Faculdade de medicina da Bahia**. Disponível em: <http://www.fameb.ufba.br/>. Acesso em: 12 jan. 2017.